



HISTORIOGRAFIA: A TORRE DE BABEL DA HISTÓRIA. OS DESAFIOS DE UM CAMPO EM PERMANENTE MOVIMENTO.

Bruno César Nascimento
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Essa análise visa apontar parte dos inúmeros conflitos que permeiam a produção historiográfica e como a história da historiografia vem se transmutando na tentativa de construir parâmetros históricos que possam contribuir para a análise e estudo da constituição da história como disciplina e dos diversos momentos da trajetória da produção do conhecimento histórico. Com vista a esse objetivo, há de se apresentar os múltiplos olhares sobre a definição de historiografia, algumas das mudanças e conflitos pela qual essa passou e por fim como a historiografia, apesar das inúmeras dificuldades pela qual passou e passa, vem se consolidando como um forte campo de estudo histórico no Brasil.

Palavas-Chave: Historiografia. Paradigmas. Escrita.

ABSTRACT: This analysis aims to point of the numerous conflicts that permeate the historiography and as the history of historiography has been transmuted in trying to build historical parameters that can contribute to the analysis and study of the constitution of history as a discipline and the various stages of production of the trajectory of historical knowledge. With a view to this goal, there to present multiple perspectives on the definition of historiography, some of the changes and conflicts in which this happened and finally as historiography, despite the numerous difficulties that has occurred and passes, has been consolidated as a strong track record field of study in Brazil.

Keywords: Historiography. Paradigms. Writing.

A disciplina História vem desde a proposta de sua institucionalização como ciência, ainda no século XIX, até os dias presentes passando por inúmeras mutações, tanto metodológicas, como teóricas, filosóficas e, principalmente, paradigmáticas. O olhar da história tornou-se múltiplo, diverso e até mesmo multifacetado. Nela não se constitui um consenso, muito pelo contrário, imperou, e ainda impera, a discordância e a busca pela hegemonia.

Essa relativa instabilidade conceitual reverberou sobre aquela que é o resultado da construção histórica, a escrita. Espelhando o mundo em que estava imersa, embebida, a escrita irá demonstrar tanta instabilidade quanto o meio, segmento social, ciência – ou não – que a produz. A produção escrita é a resultante do processo de análise e constitui peça fundamental no processo de transformação do inanimado, do obscuro, em conhecimento histórico.

Essa cambaleante e frágil escrita – e haverá muitos que discordarão dessa classificação – é resultante dos procedimentos de análise do historiador e que, a partir do momento de sua exposição ou divulgação, passa a compor o quadro da incansável historiografia, ou, escrita da história.

Devido a essa instabilidade conceitual, escrever um trabalho sobre o desenrolar da historiografia, de seus modelos e lugares, tornou-se algo quase que teogônico, é pensar: no princípio eram somente a humanidade e a memória. Da união desses dois titãs nasceram dois filhos, a escrita e a história, e desses surgiram cientificidade, paradigmas, a busca pela verdade, a historiografia, fatos e mais outra dúzia de herdeiros e bastardos.

Para espectadores externos que assistem essa análise, realiza-la, é como imaginar que a História veleje em um mar calmo, que com suas belas águas guia-a serenamente para campos Elíseos. No entanto não é bem assim! O mar de fatos e acontecimentos é revoltoso, intempestivo e principalmente instável, e galgar caminhos por essas tempestades sem se tornar refém de Cilas ou Caríbdis é uma tarefa realmente árdua, e que o “barqueiro” da História deve buscar executar com brio, exatidão, retidão e principalmente tenacidade, para que assim, finalmente, depois de uma longa batalha, possa fundear em portos mais seguros.

Não se deseja, aqui, galgar etapas por um mito das origens, mas sim tentar ilustrar

como é árduo, para alguns “barqueiros”, singrar pelos caminhos da História mesmo existindo uma multiplicidade de ferramentas e instrumentos para auxiliá-lo nessa jornada em busca de um porto, um abrigo! Um lugar da História.

Dada à complexidade do debate epistemológico na História e as constantes mudanças paradigmáticas, um dos grandes motivos pelo qual a História encontra-se em permanente mutação, o historiador francês Paul Veyne afirmou que somente haverá uma relativa paz na história quando existir nessa certa coerência.

A tradição de um gênero histórico será fundada no dia em que uma obra provar aos leitores que a narração de acontecimentos pode dar lugar a um livro coerente e inteligível; desde esse dia, tornar-se-á tão difícil romper com esta tradição como teria sido difícil criá-la. (VEYNE, 1971, PAG. 106)

Torna-se tão tensa a relação entre a história e a constituição da narrativa que Michel de Certeau a descreve, até mesmo, como paradoxal.

A historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximóron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde esse laço não é pensável, fazer como se os articulasse. (CERTEAU, 2011, p. XII)

Para Carlos Oiti a tensa relação entre a história e a escrita não reverbera somente sobre ambos, mas atinge uma camada mais profunda da própria relação, é a causadora de uma crise epistemológica.

[...] a relação entre o “discurso” e o “real” revela-se tensa, pois a linguagem usada pelo historiador já não pode mais ser encarada como um simples reflexo da realidade histórica. É justamente esse paradoxo que estabelece a “crise epistemológica” que abrange outros dois conceitos: o de representação e o de significado. (BERBERT JÚNIOR, 2012, 16)

Ainda para Oiti:

É nesse debate que a reflexão sobre o papel da narratividade torna-se o centro de uma disputa que, tendo como eixo principal uma crise dos paradigmas, revela uma crise de orientação, uma vez que não há mais consenso sobre o lugar do significado na teoria da história. Aqui chegamos à síntese daquilo que denominamos “crise” da construção da ciência histórica. (JÚNIOR, 2012, 17)

Para agravar ainda mais a problemática, tensa e paradoxal relação entre a história e a escrita, a década de 1970 produziu inúmeros debates sobre a constituição das narrativas e das matrizes espaciais. Nomes como Paul Veyne (*Como se escreve a*

história – 1971), Hayden White (*Metahistory – 1973*) e Michael de Certeau (*A escrita da História – 1975*) passaram a questionar veementemente o modelo de narrativa proposta pelos denominados, paradigmas modernos, mas fora em 1979, segundo Fábio Duarte, que a crise, não somente da história, mas das ciências humanas, atingiu o ápice. Para Duarte o clímax dos debates sobre a epistemologia chegou pelas mãos de Jean-François Lyotard em 1979, onde esse propõe, segundo aquele, que:

[...] esse metadiscurso hegemônico estaria em crise e deveria ser combatido, defendendo que os consensos contemporâneos fossem formados a partir de realidades locais, e não pela pressuposição de verdades universais. (DUARTE, 2002, 124)

Valdei Lopes de Araújo é contundente e categórico ao afirmar que a virada linguística da década de 1970 foi um divisor de águas no método de análise e escrita da história, para ele,

Independentemente das avaliações que possamos fazer das polêmicas produzidas pelo Giro Linguístico, a historiografia que hoje praticamos foi profundamente afetada por ele. Uma melhor compreensão dos aspectos não representacionais da linguagem revelou ao historiador uma nova extensão da realidade. (ARAÚJO, 2010, 13)

O fato é que se discorreu até aqui sobre a crise paradigmática e epistemológica da história para demonstrar o quão laborioso é realizar uma história dos estudos historiográficos, debate atual e ao mesmo tempo profundamente antiquário. É enorme a massa de publicações a que concerne tal assunto, e ao realizar uma análise, mesmo que ligeira e rasteira, ver-se-ia que, em algum momento, grandes autores, pesquisadores, professores ou até mesmo diletantes tocaram nessa problemática da complexidade da historiografia, que segundo Marie-Paule Caire-Jabinet,

[...] possui diversas acepções. Tendo surgido no século XIX, em imitação aos historiadores poloneses e alemães, ele significa, conforme os casos: a arte de escrever a história, a literatura histórica ou ainda, “história literária dos livros de história” (LITTRÉ, 1877). Ele pode, conforme o contexto, referir-se às obras históricas de uma época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história. O termo “Historiografia” talvez seja ainda mais ambíguo que o vocabulário “História”. (CAIRE-JABINET, 2003, 16)

Logo, se capitanear estudos historiográficos é uma tarefa hercúlea, e quando olhamos para a própria história da historiografia vemos que tantos e grandes

historiadores já se enveredaram por essa seara – François Hartog com *Os Antigos, o passado e o presente*; José Carlos Reis e *O desafio historiográfico*; Flávia Varela nas páginas de *A dinâmica do Historicismo*; Antoine Prost com suas *Doze lições sobre a História*; entre tantos outros como João Capistrano, Peter Burke, Fernand Braudel, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, José Honório Rodrigues, Reinhart Koselleck – e dado à amplitude do debate, faz-se necessário esclarecer de maneira mais apurada essa prática, essa análise e até mesmo o próprio conceito de historiografia, que, como já se assistiu na definição de Marie-Paule, torna-se complexa somente pelo fato de estar ligado diretamente à História.

José Roberto do Amaral Lapa, em *Historiografia brasileira contemporânea* (1981), conceitua a sua ideia de historiografia dizendo que:

Para ainda mais explicitarmos nossa conceituação, diríamos que uma obra de História em si não se configura como Historiografia, mas sim como objeto da Historiografia, enquanto o estudo dessa obra já se insere como historiográfico. (LAPA, 1981, 22)

Já Yves Bruand apresenta a historiografia da seguinte maneira:

[...] achamos lógico dar à História da historiografia o lugar que ela merece. Digamos logo que preferimos a expressão História da historiografia àquela mais vaga de Teorias da História adotadas durante as discussões do Simpósio de Marília. Com efeito, para nós a História da historiografia abrange o estudo das teorias elaboradas por filósofos, quando numerosos historiadores se abeberaram nelas. (BRUAND, 1963, 520)

Ainda analisando o conceito de historiografia, Luis Henrique Torres faz o seguinte apontamento:

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos – numa preocupação de totalidade – esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. (TORRES, 1996, 56)

Logo, condensando as diversas acepções sobre a Historiografia pode-se classificá-la, então, como uma própria história da escrita da história, onde os estudos das formas narrativas e das correntes teórico-metodológicas se encontram para, em um contexto mais amplo, explicar e esclarecer o desenvolvimento dos estudos históricos, a análise dos fatos e a própria construção do saber.

Assim, os estudos historiográficos possuem larga contribuição para a compreensão

do sistema constitutivo do pensar História. É por meio dessa história da História que se tornou possível compreender determinados comportamentos sociais e autorais, analisar a construção de modelos e até mesmo constituir novas perspectivas sobre determinados momentos da História que foram mais complexos do que os construídos em pontuais narrativas. Em suma, os estudos historiográficos, além de colaborar para a análise dos estudos históricos, contribuem significativamente para a ligação de elos da história que aparentemente, a muito, haviam se perdido.

Logo, se a construção de análises históricas consiste em trabalho árduo, mais ainda o trabalho da historiografia, que se debruça sobre a permanente produção de seus pares. Produção essa que assistiu um aumento exponencial, tanto quantitativo como qualitativo, nas últimas quatro décadas tornando cada vez mais difícil à realização de trabalhos historiográficos de fôlego que possam nos dar panoramas e perfis históricos de determinados momentos da constituição dessa disciplina como um estudo cientificamente conduzido, como explicita Antônio Celso Ferreira ao dizer que,

É bem verdade que a produção dos historiadores atingiu, nos últimos decênios, extensão e diversificação de tal magnitude que se tornou pouco operacional ou até mesmo imprudente o esforço para formular sínteses historiográficas e balanços críticos sobre seu significado mais amplo. Mas é também verdadeiro que a vocação teórica recente dos estudos de Historiografia, ao privilegiar de modo intencional as abordagens particularistas, acrescenta um ingrediente a mais ao obstáculo mencionado, gerando um dilema de difícil solução. (FERREIRA, 2011, 322)

Segundo Georg Iggers, a historiografia, a partir de 1990, se viu refém de um modelo ancorado nas décadas que a antecederam, mas necessitando de ver-se liberta a fim de acompanhar a significativa mudança e arrancada que os estudos históricos vivenciaram a partir da década de 1970 (IGGERS, 2010, 107). Ainda segundo Georg Iggers,

Chegamos, então, aos desenvolvimentos mais importantes na historiografia, provenientes do confronto com estas condições modificadas. Após o fim da Guerra Fria, podemos estabelecer cinco tendências ou referências: 1) o duradouro giro lingüístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização. (IGGERS, 2010, 107)

No entanto, apesar de toda a dificuldade e de diversas análises com vistas a se compreender os diversos momentos pelo qual a disciplina História passou, e ainda passa, não podemos discordar da Marie-Paule quando a mesma diz que,

Não se conhece nenhuma sociedade sem história e sem a determinação de conservar a memória de seu passado, embora, em um primeiro momento, essa memória seja normalmente preservada pelos mitos e pelas estreitas relações entre os homens e os deuses. A história nasce somente quando surge um distanciamento e uma vontade crítica. (CAIRE-JABINET, 2003, 12)

Partindo da perspectiva apresentada por Jabinet, e utilizando a última frase dessa citação como ponto de partida referencial, pode-se afirmar que a mesma sentença compõe dois momentos distintos da História e define muito bem o campo das possibilidades entre a história e a historiografia, onde a história ocupa-se do distanciamento e a historiografia da vontade crítica. Tal distanciamento faz-se necessário para que não haja o envolvimento emocional e afetivo com o fato ou personagem, apesar da presença subjetiva do autor nas análises históricas e das motivações que o levaram a escolher esse ou aquele objeto e recorte, e a vontade crítica para compreender o estudo e o autor em seu momento, em seu tempo, percebendo assim a sua relevante contribuição para a construção do conhecimento histórico naquele contexto e como se deu a metamorfose dos estudos históricos em análises que o sucederam, uma compreensão do que Certeau denominou de lugar social²⁷⁹.

Então, se a historiografia auxilia na compreensão das práticas da História, para Manuel Salgado a história da historiografia vai muito mais além. Ela faz-se necessária e é essencial, pois significa “uma interrogação acerca da própria identidade do ofício exercido: a história da história como forma de afirmação de uma identidade e legitimação de uma prática” (GUIMARÃES, 2003, 13). Seguindo por esse caminho, Jurandir Malerba complementa o pensamento de Guimarães dizendo que “a fonte

²⁷⁹ Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político, e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3 ed rev. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p.47). O lugar social apresentado por Michel de Certeau faz parte da tríade de construção de uma operação historiográfica composta e sustentada ainda pelos procedimentos de análise, que o mesmo aponta como sendo uma disciplina ou práticas científicas, e finalmente a construção de um texto, de uma escrita, ou literatura.

geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração” (MALERBA, 2006, 17).

Dados os devidos destaques no que concerne à historiografia, fica claro o quão tortuoso é o caminho pelo qual deverá seguir o historiador que por essa análise for atraído. Não somente, devido ao fato da dificuldade imposta pela própria análise como, também, pela própria história que ainda busca pela sua consolidação e formação de uma identidade.

No caso da historiografia brasileira a empreitada torna-se ainda mais delicada dada à jovialidade desse gênero científico e a pluralidade que a História desenvolveu e está desenvolvendo em tão parco espaço de tempo. Afinal,

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. (GUIMARÃES, 2003, 9)

Para o historiador brasileiro, pensar a história é algo relativamente novo. A problematização dos escritos históricos e da metodologia utilizada na construção desse saber surge com um atraso significativo em relação ao debate construído na Europa quase cem anos antes²⁸⁰. Essa inserção teórica metodológica brasileira, para Astor Antônio Diehl, estaria centralizada na obra e tentativa de Capistrano de Abreu de analisar a história sob a luz de novas ideias e teorias (DIEHL, 1999, 223).

Porém, desenvolver análises conjunturais da historiografia em alguns momentos da história no Brasil tornou-se possível, pois, essas posições, de consolidação e identidade, estavam bem definidas, altamente articuladas e sedimentadas, e no momento iremos nos ater a dois momentos especificamente.

O primeiro, e que está eternizado nas páginas dessa disciplina no Brasil, data do

²⁸⁰ Refiro-me a palestra Sobre a tarefa do historiador proferida por Wilhelm von Humboldt em 1821, quando tão digno palestrante, defendendo a tomada de rédeas metodológicas para a constituição da ciência história, cita: “Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento, há de se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado pelo primeiro meio.” (MARTINS, E. R (org). A História Pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. Brasil: Ed. Contexto, 2010.)

ano de 1838, ano de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), que aos moldes *da Societè de l'Histoire de France*, fundada por Guizot, Barante, Thiers e outros historiadores e intelectuais franceses em 1833, possuía duas preocupações específicas: coletar e armazenar o maior volume de documentos possíveis, e construir uma história genuinamente nacional, que auxiliasse na construção de uma identidade da nação recém (re)constituída. Tal meta pode ser observada no discurso do primeiro secretário do IHGB, José Marcelino da Rocha Cabral, na ocasião da fundação do referido.

Art. 1: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do Império do Brazil; e assim também promover os conhecimentos desses dous ramos philológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcione essa despeza. (CABRAL, 1838, p 18).

Até chegar nesse primeiro momento da sedimentação da disciplina história no Brasil a historiografia brasileira percorreu, durante séculos, diversos caminhos. Esteve nas mãos dos viajantes e diplomatas das primeiras viagens da colonização; passou para os burocratas e políticos buscando registrar uma história política, uma história oficial; posteriormente o eixo muda e os cronistas e memorialistas entrarão com força em cena registrando a história das províncias e de grandes personagens da “História do Brasil” e, por fim, com o advento da Independência irá surgir essa instituição que será o maestro da escrita da história brasileira, que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que, por mais surpreendente que pareça, coordenou por aproximadamente um século os modelos de escrita. Tal perspectiva é corroborada por Astrogildo Rodrigues de Mello em publicação nas páginas da *Revista de História*.

Destarte, no largo período colonial, a historiografia brasileira não poderia ser senão em função do acanhado campo cultural da colônia, onde a Metrópole afogava quase todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual. Sem imprensa nem tipografia, falta de Universidades, ficava a possessão portuguesa em evidente inferioridade em confronto com os domínios ingleses e espanhóis, bafejados desde o início com esses fatores indispensáveis de progresso. Donde a pobreza de informes dos cronistas, testemunhas oculares dos momentos culminantes de nossa história, que poderiam ter projetado maior luz sobre tais acontecimentos. (MELLO, 381, 1951)

Mas é também duramente atacada por Pedro Moacyr Campos ao afirmar que:

Enquanto não nascia a Universidade, que se poderia esperar, a não ser exatamente aquilo que se tinha? De um lado obras compostas por pessoas dotadas de fortuna e que se entregavam à História, fosse com o intuito de buscar aí base para poderem tecer louvores ao país, fosse simplesmente para passar o tempo. Não se pode negar, é claro, que nessa categoria se incluísse, entre outros, um Varnhagen, realmente digno de respeito. Forçoso é confessar, entretanto, que na sua grande maioria tais autores não estavam preparados para se desincumbirem da missão que se atribuíam, dado não possuírem a formação cultural exigida para a execução de trabalhos desta ordem e que deveria orientá-los, tanto na pesquisa, como no método históricos. (CAMPOS, 1954, 492)

O fato é que, durante décadas, a historiografia brasileira fora regida pelo o que José Honório Rodrigues denomina de história antiquária, e que determinou modelos de escrita, que mesmo de maneira indireta, reverberam significativamente até os dias de hoje nos debates históricos e principalmente em livros didáticos. Sendo assim, entender a constituição da historiografia brasileira é, em primeiro momento, entender a constituição do saber histórico no Brasil.

Enfim, nesse primeiro momento os estudos históricos no Brasil estiveram conduzidos principalmente por políticos, advogados e intelectuais²⁸¹, um grupo de autodidatas e diletantes denominados por José Murilo de Carvalho de “ilha de letrados em um mar de analfabetos” (CARVALHO, 1996, 55), uma elite intelectual letrada que se fazia presente em diversas esferas da sociedade e que de maneira direta se apropriou das práticas, discursos e produção histórica.

No entanto, se a História é feita de rupturas e permanências, pode-se afirmar que na década de 1930 uma ruptura irá marcar profundamente as estruturas do conhecimento histórico brasileiro. É o período de advento das Universidades com os cursos de formação e especialização do ofício de historiador, e a expansão das ferramentas de divulgação da produção historiográfica no Brasil. Segundo Moacyr Campos:

Acreditamos ser realmente interessante, para que se possa avaliar o

²⁸¹ A composição inicial do corpo do citado instituto, fez-se por 27 membros, desses, somente 3 membros, Srs. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, doutor em medicina pela Faculdade de Paris e bacharel em Filosofia natural por Coimbra, Joaquim Caetano da Silva, Professor de retórica, Português e Grego do Colégio Pedro II e Joaquim Francisco Viana, bacharel em Matemática, estavam de alguma forma ligados ao cientificismo que era latente no século XIX e descolados do grupo hegemônico que colaborou para o surgimento do IHGB, os demais membros eram políticos ou advogados, até mesmo a comissão responsável pela Revista do IHGB não era composta por historiadores, mas sim por um advogado, o Sr. José Marcelino da Rocha Cabral, e um político, o Sr. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada e a comissão de História por um médico e um advogado.

papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no campo do estudo da História, principiarmos por uma rápida vista de olhos nos traços gerais que caracterizavam aquele ramo do conhecimento, entre nós, antes da fundação do referido Instituto de ensino superior. Em primeiro lugar, no que se refere à historiografia brasileira, a realização de um balanço levar-nos-á infalivelmente a conclusão de que muito pouco tinha sido feito, dado que, excluídos alguns trabalhos de ordem exclusivamente narrativa, nem mesmo se conseguira organizar uma História Geral do Brasil em molde realmente satisfatórios, em nível superior e que se estendesse até os tempos republicanos. (CAMPOS, 1954, 491)

Embasado em uma forte crítica ao modelo historiográfico vigente até aquele instante, esse segundo momento determinante e bem estruturado da disciplina história no Brasil somente se deu quase cem anos após o primeiro. Foi durante o período da reforma universitária brasileira que se iniciou no ano de 1931 e atingiu o seu ápice em 1934 com a instauração da Universidade de São Paulo, e nessa, do primeiro curso de história no Brasil, destinado à formação de bacharéis e licenciados que estavam destinados a atender a crescente demanda por professores no ensino básico e secundário em todo o Brasil.

No entanto, o fator de interesse que, de alguma maneira, interliga esses dois momentos distintos, não somente da história da disciplina como também da história da própria nação – que no primeiro vivia sob os auspícios da monarquia e no segundo sob a égide da república – é a formulação e constituição de instituições e objetos de poder com fins de afirmação de um determinado grupo sobre o conhecimento e, principalmente, produção histórica. Logo o que podemos de fato encontrar na interseção desses dois momentos como fatores comuns são: em ambos, para a afirmação da disciplina histórica, fora necessária a constituição de instituições que pudessem dar um “teto” a essa disciplina – no primeiro o IHGB e no segundo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Para José Roberto do Amaral Lapa essa institucionalização dos estudos históricos no Brasil tem sido uma característica marcante, e o mesmo chega a elencar a relação do período histórico e as suas respectivas instituições de consagração. (LAPA, 1981, 32)

TABELA 1: Relação período e instituições dedicadas aos estudos históricos

PERÍODO HISTÓRICO	INSTITUIÇÃO
Brasil colônia	Academias
Brasil Império	Institutos Históricos
Brasil República	Faculdades de Filosofia

Fonte: LAPA, 1981, 33.

O segundo fator é a constituição dos periódicos técnico-científicos como ferramenta de divulgação e de apropriação da produção histórica – o IHGB lançou o primeiro número da sua revista (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1839, já o curso de História da FFCL-USP apesar de já ter idealizado a constituição do seu periódico em 1937 somente em 1950 é que o projeto será posto em prática.

Nesse contexto há de se destacar que, apesar de confluir para o mesmo fim, a instauração e expansão dos estudos históricos no Brasil, os dois grupos, ideologicamente distintos, se apropriam, a sua maneira, da disciplina História e criam mecanismos de poder para se afirmar como detentor do conhecimento e da produção técnica dessa área, e no caso de ambos os momentos, a ferramenta que constituiu apropriação da produção historiográfica foram os periódicos.

Com a constituição e solidificação desses dois momentos distintos o debate histórico e a produção historiográfica começam a tomar significativo volume. E a história nação, elaborada com vistas à afirmação da existência de um povo genuinamente brasileiro, abre alas para a recém-chegada “história científica”, com todas as teorias e métodos, que de maneira surpreendentemente ligeira se alastrou por todo território brasileiro. A produção historiográfica efetua uma guinada realmente brusca em sua estética passando rapidamente da chamada Escola Positiva – comteana – para a, recém-florescida na Europa, Escola dos *Annales*.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes. A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além

da metáfora dos lugares. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p. 13 – 14, 2010.

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-graduação em História/ Funape, 2012.

BRUAND, Yves. Metodologia da história, teoria da história e história da historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 54, p. 515 – 522, 1963.

CABRAL, José Marcelino da Rocha. Discurso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 18, 1839.

CAIRE-JABINET, Marie Paule. **Introdução a Historiografia**. Trad. Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 2003.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, n. 18, p. 491 – 503, 1954.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. São Paulo: Perspectivas/ FAPESP, 2002.

FERREIRA, A. C. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (org.) **Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh**. São Paulo: Contexto, 2011.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O**

século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI a Historiografia. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p 105 – 124, 2010.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea:** (a história em questão). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 6, p. 381 – 390, 1951.

TORRES, Luis Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, Rio Grande do Sul, v. 8, p. 53 – 59, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Trad. Antônio J. da S. Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.